RESUMO
O presente trabalho apresenta estudo a partir de pesquisa bibliográfica onde abordou o PPP, conceitos, limites e possibilidades, tratando sobre sua importância para a comunidade escolar e local. Pretendeu relacionar a existência e a aplicabilidade do PPP como caminho para o sucesso do educando, qualidade na educação, conquista da autonomia e transformação do meio social, estando associado à necessidade da existência e atuação de uma gestão democrática participativa que consiga conduzir e envolver toda a comunidade escolar, sejam os pais, alunos, professores e funcionários no processo de construção coletiva do instrumento que identifica a escola como um todo, orienta as dinâmicas curriculares e viabiliza a valorização dos profissionais da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Político-Pedagógico. Gestão Democrática. Participação. Qualidade da Educação

INTRODUÇÃO
O presente artigo tem como finalidade refletir sobre a importância do Projeto Político Pedagógico para construção da gestão democrática da escola fazendo uma relação entre estes e estudos de obras importantes e documentos oficiais, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 9394/96. E tem como tema Projeto Político Pedagógico: Importância para a Gestão Democrática.
Tendo em vista a importância do Projeto Político Pedagógico, este sendo uma ferramenta indispensável para a construção de uma gestão democrática dentro e fora da escola, uma vez que este é um instrumento emancipador, podendo desta forma superar a visão conservadora e extrapolar o centralismo burocrático. Pressupõe o envolvimento de diferentes instancias que atuam no campo da educação além do coletivo da escola na construção deste que representa um desafio em busca de novas trilhas para a escola e a comunidade escolar.
O Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta indispensável para a construção da gestão democrática dentro e fora da escola, haja vista que também poderá ser considerado um instrumento emancipador, podendo ainda superar a visão conservadora e extrapolar o centralismo burocrático. Desta forma o envolvimento de diferentes instâncias que atuam no campo da educação, além do coletivo da escola na construção deste projeto que representa um desafio em busca de novas trilhas para a escola e comunidade escolar. Seguindo esta linha de raciocínio torna-se necessário investigar: O Projeto Político Pedagógico: importância para a gestão democrática.
De acordo com os novos desafios do sistema educacional, o gestor poderá inteirar-se e integrar-se dos discursos e leis que regem a educação, com o intuito de mobilizar todos os sujeitos da escola nas tomadas de decisões que irão orientar o trabalho escolar de forma democrática. Para que isso aconteça, é imprescindível que os integrantes da escola tenham uma nova concepção e uma forma diferenciada de se trabalhar, ou seja, uma constante renovação na sua postura, para transmitir um conhecimento de nível elevado para preparar o aluno a ser criativo e pensante.
Almejo ainda investigar a atuação e o papel dos gestores enquanto líderes e intermediários no processo de construção do PPP. Havendo gestão democrática, certamente ocasionará a participação de todos nesse processo, e mesmo que não se tenha um projeto "perfeito", uma vez que este nunca estará pronto e acabado, mas seguramente os integrantes da escola serão pessoas com mais aptidão para reflexão e autoavaliação, e serão, mas tolerante às mudanças da sociedade.
Partindo deste pressuposto esta pesquisa contribuirá através da investigação para a definição do projeto educacional para a escola, e reunir subsídios teórico-metodológico que possibilitem a ação do gestor na efetivação desse projeto educacional, uma vez que a gestão democrática é necessária

na busca de educação de qualidade e na formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres, bem como seu papel na sociedade. E por compreendermos que este deverá ser construído coletivamente mostrando-se democrático, flexível e duradouro na busca pela qualidade do ensino público.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – DESAFIOS PEDAGÓGICOS DO GESTOR

Relembrando um pouco do passado, sabe-se que nos anos 80, houve uma crise de organização institucional, onde se questionava o funcionamento de todos os órgãos públicos, inclusive da escola. Foi durante estes anos, após um longo período de ditadura, que foi elaborada a Constituição de 88, o Fórum Nacional em defesa da escola pública, com isso as escolas tiveram de adequar suas práticas a nova realidade. Daí a necessidade da construção de um Projeto Pedagógico.

As escolas deixaram de serem "passivas" para dar funcionamento às abordagens de temas e conteúdos propostos no currículo. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96. Todas as escolas precisavam ter um Projeto Político Pedagógico, e tiveram que exercitar as suas autonomias para favorecerem todo trabalho pedagógico. Conforme Alonso; Almeida; Vieira (2003, p.86) "a autonomia da escola é algo que se conquista pela capacidade de gestão [...]", com isso podemos dizer que, depende de como o gestor vai administrar a sua escola, sobre todas as questões seja elas administrativas, financeiras ou curriculares. O gestor precisa ter competência para influenciar e incentivar todo o corpo docente e todos os outros funcionários que pertence à comunidade escolar, para a importância do trabalho coletivo, buscando alcançar uma educação de qualidade.

O gestor precisa conhecer a realidade da escola e suas peculiaridades locais, para que ele seja realmente um gestor como elemento integrador e catalisador dos esforços do grupo.

Sabe-se que a autonomia escolar parece ser ampla, mas ainda estamos engatinhando, por isso, a necessidade de que os gestores saibam e compreendam as leis que regem a educação e repassem, pois, por falta de informações das pessoas a educação brasileira ainda se encontra centralizada nas mãos de alguns dirigentes.

O ambiente escolar precisa ser um lugar adequado para a promoção e o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Com isso, o gestor precisa ser um líder, que organize e direcione o trabalho de todos, porém, para atuar como diretor de uma instituição escolar o funcionário precisa ser formado em pedagogia ou outra faculdade licenciada em educação. Teoricamente todos estão aptos a assumir o cargo de diretor. Porém sabemos que o que se aprende na faculdade está longe da prática.

Para ser um bom diretor ele precisa passar por um período em docência, conhecer a escola na visão do professor. Saber administrar uma escola requer formação continuada, manter-se atualizado, conhecer as novas ferramentas, usar a tecnologia a favor da gestão é primordial.

Um bom diretor tem que ter noção do sistema escolar, ter espírito de equipe e capacidade de se relacionar com a comunidade local.

Existem várias maneiras para que o profissional consiga chegar ao cargo de Diretor, como: eleição direta, através de concurso e ainda a indicação política. Porém o diretor precisa independente como ele chega ao cargo, ter clareza de que o Projeto Político Pedagógico de uma escola não é uma invenção, mas uma peça essencial, para o bom funcionamento da instituição escolar.

É de suma importância que o gestor dê atenção as necessidades da comunidade escolar, para que haja uma harmonia, colaboração e participação de todos para um bem querer de uma escola de qualidade.

A motivação nas organizações envolve a relação entre líder e liderado. Bergamini. (1997).

O líder enquanto tal só é autorizado a exercer o seu poder à medida que o seguidor reconheça nele grande sensibilidade interpessoal. O seguidor só terá percepção positiva do líder à medida que ele não só conheça as suas expectativas, mas também seja quem o ajude a atingir aquilo que por ele é desejado. Caso esse líder se interponha entre o segui-

dor e os objetivos que ele pretende atingir, dificultando ou impedindo essa busca, logo perderá a sua posição como alguém que mereça ser seguido. (BERGAMINI, 1997, p.34).

O papel do gestor, que por sua vez é o líder da equipe escolar, torna-se importante, pois todos os funcionários, do professor ao pessoal de apoio, necessitam de alguém para orientá-los a trabalhar dentro das diretrizes do funcionamento interno da escola. Orientá-los perante os objetivos e também aos relacionamentos da equipe com os demais da estrutura escolar.

O gestor deve ficar atento às necessidades da comunidade escolar e local, professores, funcionários, estudantes, pais e responsáveis, procurando satisfazê-las a medida do possível, se empenhando para que todos compreendam a necessidade de todos estarem unidos para o mesmo objetivo, que é o aluno.

Um dos fatores importantes para que haja compreensão das pessoas na organização escolar é a motivação. Conforme Maslow, quando o ciclo motivacional deixa de se realizar, acontece a frustação da pessoa, podendo ocorrer várias atitudes, que podem ocorrer várias vezes na vida pessoal, não significando que a pessoa permanecerá eternamente frustrada, essas atitudes podem ser como: comportamento ilógico ou sem normalidade; falta de interesse pelas tarefas ou objetivos; passividade; falta de interesse pelas tarefas ou objetivos; passividade; agressividade por não poder dar vazão à insatisfação contida, nervosismo, insônia, distúrbios circulatórios ou digestivos; moral baixo; falta de interesse pelas tarefas ou objetivos; passividade; insegurança etc.

O gestor tem que ter um olhar crítico e valorizar esses funcionários que tenham essas atitudes, essas participações no processo educacional; investindo e aprimorando-os através de cursos, orientações, e dando autonomia e liberdade para crescerem.

Sabemos que a educação é um constante processo de ação, reflexão, ação, para o desenvolvimento humano. O resultado da educação só acontece ao longo de um período longo e, não é feita num curto prazo de tempo. Esse é mais um motivo para que o gestor faça do seu trabalho um espaço democrático e participativo, consciente que sozinho ele não conseguirá alcançar as metas propostas, ele tem sim, que valorizar sempre sua equipe escolar, procurando criar um clima favorável ao trabalho, transformando os momentos de aprendizagens coletivas em ponto de partida para o processo de interações e reflexões, a fim de que os objetivos e metas comuns sejam alcançados.

O Projeto Político Pedagógico tem como objetivo buscar junto com as comunidades a ação de planejar, buscar um rumo, uma direção de forma intencional.

Nesse sentido o Projeto Político Pedagógico requer um comprometimento coletivo e um compartilhar de responsabilidades, na qual a escola venha alcançar um desenvolvimento em todos os aspectos, reconhecendo e valorizando os profissionais e oportunizando os desenvolvimentos dos alunos em todos os sentidos, frisando principalmente o educativo e estabelecendo relações horizontais de cooperação e solidariedade entre todos.

Para que haja a participação efetiva de todos, se faz necessária à organização, a forma de participação e atuação de cada responsável pela construção do Projeto. Na gestão democrática, a participação de todos é essencial, o gestor não pode tomar as decisões sozinho, ele tem que trabalhar junto com sua equipe, ser capaz, ter a competência de influenciar todo o corpo docente, discente e comunidades para a percepção da importância do trabalho coletivo, a fim de traçar objetivos e buscar uma educação que realmente seja de qualidade e que fluam a diversidade e o pluralismo de ideias, possibilitando que diferentes instâncias da comunidade reflitam e participem das decisões em prol da melhor formação possível para todos os estudantes.

O diretor/gestor não é o único responsável pelo sucesso ou fracasso da instituição escolar, mas todos os envolvidos nesse processo têm uma parte de responsabilidade. A escola sozinha, ou a sociedade sozinha e muito menos a família sozinha não conseguem alcançar a formação da pessoa, só em parceira, juntos, que almejarão este sucesso. O gestor tem que ser capaz de dialogar com as pessoas, mostrando-lhes a importância do papel da escola e de todos os envolvidos

nesse novo cenário.
O Projeto Político Pedagógico deve ser construído participativamente, através da equipe técnica administrativa, professores, pais, alunos e representantes da comunidade local, no sentido de organizar o trabalho pedagógico e resgatar a identidade da escola como um processo democrático e transparente.
As escolas precisam enxergar que é de muita valia as parcerias feitas com entidades particulares ou públicas. Essas parcerias ajudam as escolas a enfrentarem as questões que às vezes impedem de avançar na missão de educar.

Fica claro que o papel do gestor é muito importante para a condução desse processo, o gestor precisa saber as reais necessidades da escola para poder procurar bons parceiros na sociedade, não esquecendo que, todos estes programas ou projetos tem que estar previsto no Projeto Político Pedagógico. Sabemos que isso quer dizer: previstos, analisados e aprovados pela comunidade escolar.
Isto é uma maneira da escola manter as portas abertas, estabelecendo parcerias com entidades que possam ajudá-la a enfrentar problemas, apoiando-a para atingir as metas e se comprometendo em relação aos bons resultados.
Quando o processo de planejamento se desenvolve no âmbito da organização de um curso, de uma sala de aula, dele decorre a sistematização de um plano de curso ou de um plano de aula. Os diferentes níveis do processo de planejamento implicam distintos níveis de sistematização formal desse processo, em diferentes espaços, como os sistemas de ensino, as unidades escolares, a sala de aula, entre outros.
Na organização do trabalho escolar, o gestor convive permanentemente com a necessidade de se trabalhar com projeto e para realizar o planejamento escolar anual é essencial que a gestão juntamente com os professores e coordenadores estejam atentos com os ideais políticos e pedagógicos contidos no projeto e que, seja público e explicitado para que as comunidades possam acompanhar o desenvolvimento dos planejamentos.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) que vem a ser o documento que guia os municípios e escolas a desenvolverem os objetivos e estratégias para melhorar o acesso, permanência e os índices de aprendizagem das crianças, não pode ser confundido com o Projeto Político Pedagógico.
O PPP também tem uma função socializadora, que contempla a difusão de valores e atitudes e é importante que as escolas tenham propostas em relação aos problemas fora dela, em seu entorno. “a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade mudará” (Paulo Freire).
Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p.118),

[...] a educação de qualidade é aquela mediante o qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Fazem-se necessários que também os professores tenham apoio nas suas necessidades como: materiais pedagógicos, salas de aula mais organizadas, boas estruturas físicas, salários melhores e formação continuada de qualidade.
O Projeto Político Pedagógico precisa visar também na autoestima do aluno, fazendo-o a acreditar que é possível transformar sempre a situação presente e superar a desigualdades sociais e que eles se sintam capazes de aprender, e ter uma educação de qualidade.
Existem várias formas de a comunidade escolar contribuir para a redução das desigualdades mediante o desenvolvimento e aprendizagem do aluno, como: reformar o ambiente para melhorar a acessibilidade dos alunos e uma capacitação profissional para que haja uma melhor inclusão dos alunos com deficiência, distúrbios de aprendizagem ou altas habilidades; estimular a aproximação da família na escola e vice-versa; monitoramento

com eficiência das frequências dos alunos, tomando atitudes necessárias para um melhor acompanhamento junto à família ou órgãos públicos quando preciso; monitorar também casos de negligência e maus tratos; incentivar sempre os jovens o acesso a cursos técnicos e palestrar preventivas.
Também existe a sensibilização da participação dos pais em ações na escola para essa redução como: organizar ou criar horta na escola, organizar a biblioteca para que possa ser tanto de uso dos alunos como dos pais e comunidades, organizar campeonatos esportivos nos finais de semana na escola e outras atividades afins, pois, ninguém aprende igual, todos somos diferentes e únicos.
No Projeto Político Pedagógico devem estar estabelecidas as estratégias do ensino-aprendizagem, sua metodologia e também sua filosofia para que seja desenvolvida toda a formação do indivíduo como um ser pleno e digno de seus direitos e deveres, inserido no contexto da escola.
Partindo do princípio de que a educação é a "apropriação da cultura humana produzida historicamente" e que é "a escola como instituição que provê a educação sistematizada" (Paro, 2002, p. 7), destaca-se a importância da educação no desempenho de sua especificidade e natureza. Segundo o autor, está só se cumprirá com eficácia no interior de uma instituição pública de qualidade se o caminho a ser percorrido para alcançar esse quesito for trilhado pela construção da democracia como fim último.
Dessa forma, o PPP de uma escola se firma como um importante instrumento para a concretização da gestão democrática, uma vez que a elaboração coletiva do mesmo possibilita a aproximação entre a escola e a comunidade, inserindo esta última como parte integrante do processo educativo.
A escola, ao construir seu PPP, precisa partir de análises feitas sobre o seu presente, sobre o que já está posto no cotidiano escolar enquanto meta de ação e, com vislumbre num futuro melhor, preencher lacunas, com a intenção de melhorar o que está falho ou imperfeito.

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA 1995, p. 12).

Compreende-se que o PPP precisa se constituir num compromisso assumido por todos na organização do trabalho pedagógico de forma globalizada e coerente, visando solucionar problemas e centrando a atenção nos interesses comuns, buscando bases teórico-metodológicas que possam concretizar as metas estabelecidas como consenso da comunidade educativa. Esse projeto é, pois, uma procura constante do que precisa ser priorizado no processo educativo, quais as ações a serem realizadas, quando e qual a forma mais eficaz de construir essas ações.
Trata-se, pois, de estabelecer efetivamente os meios que levarão aos fins almejados. Isso requer clareza e determinação com respeito ao tipo de escola e de ensino que educadores, pais, funcionários e alunos almejam. Essa intenção está imbricada com o modelo de sociedade e com o tipo de cidadão que se pretende formar. Sendo assim, a reflexão sobre a prática educativa sobressai-se como uma das principais tarefas.
Para enfrentar essas dificuldades, o mesmo autor propõe soluções: o desenvolvimento de uma consciência crítica; o envolvimento das pessoas – comunidades interna e externa à escola; a participação e cooperação das várias esferas do governo; a autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto.
Assim, pensar a efetivação do PPP como instrumento de mudança se fundamenta na ação coletiva na busca pela autonomia da escola, no repensar da estrutura de poder que desenrola no seu cotidiano e também pensar na identidade da escola e sua efetivação pelos agentes educacionais de forma que a instituição escolar esteja voltada para atender as necessidades de sua comunidade educativa.

Para tanto, a escola precisa ser uma organização, um corpo equilibrado em torno de uma função comum, sendo fundamental envolver as dimensões administrativa, financeira e pedagógica.
O gestor deve envolver toda a comunidade escolar e para tal exige-se das mesmas medidas de mobilização efetiva para que os esforços individuais superem atitudes de acomodação, de alienação de marginalidade, e reversão, contrários a todo processo de evolução do processo democrático.
A legitimidade do PPP está no tipo de participação, do envolvimento de todos que compõem e fazem a diferença no cotidiano escolar, no compromisso dos profissionais de educação em transformar a realidade educacional do país.
Dessa forma, é necessário que seja consolidado no interior das escolas, uma discussão sobre a finalidade do PPP. Debates acerca da concepção da educação e sua relação com a sociedade e a escola, o que não dispensa uma reflexão sobre o homem a ser formado, sua cidadania e consciência crítica para o tipo de sociedade que se está construindo. Definir coletivamente qual é o papel da escola e do profissional de educação neste processo.
A formação docente é um elemento importante para o processo de organização escolar, pois sem a efetiva participação de todos para a consolidação da autonomia escolar o processo tende ao fracasso. A competência técnica do profissional de educação, construída na formação inicial e ao longo da experiência docente são elementos imprescindíveis para a transformação do processo educativo de qualidade, assim como políticas públicas condizentes com as necessidades e especificidades da realidade educacional contemporânea.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Gestão democrática e Projeto Político Pedagógico são temas intimamente entrelaçados e complexos. Não é possível construir um PPP coletivo sem a efetivação de uma gestão democrática. Ao contrário, é pela gestão democrática que se constrói um projeto participativo.

A CF 88 e a LDB/96 dispuseram sobre a gestão democrática do ensino público como um dos princípios norteadores da educação brasileira e as legislações dos sistemas de ensino estaduais e Municipais. A partir de então, implementaram a descentralização administrativa, a eleição dos diretores, a gestão colegiada, a participação da comunidade escolar e local, a autonomia das escolas, visando garantir a eficiência e eficácia do sistema público de ensino, ou seja, uma escola pública de qualidade, democrática e cidadã para todos os brasileiros.
De acordo com Ferreira a gestão democrática se faz de forma coletiva na prática quando,

> [...] se tomam decisões sobre todo o projeto político pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco disciplinar e os respectivos conteúdos, sobre as atividades dos professores e dos alunos necessárias para a sua consecução, sobre os ambientes de aprendizagem, recursos humanos, físicos e financeiros necessários, os tipos, modos e procedimentos de avaliação e o tempo para sua realização. É quando se organiza e se administra coletivamente todo esse processo [...]. (FERREIRA 2006, p. 310)

Dalberio (2008) acredita que a democracia na escola somente será real e efetiva quando contar com a participação da comunidade escolar e local, planejando, discutindo, refletindo, decidindo, acompanhando as questões administrativas, pedagógicas e financeiras.
Fica explicito que o PPP como instrumento de ação coletiva, voltado para fins que influenciam a toda comunidade educativa está atrelado à gestão democrática escolar:

> [...] a gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vistas sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo: da reciprocidade, que elimina a exploração da solidariedade, que supera a opressão; a autonomia, que anula a dependência de órgãos que elaboram políticas

educacionais das quais a escola é mera executora. (VEIGA 1995, p. 18).

Assim, a gestão escolar democrática pressupõe autonomia escolar, descentralização do poder, representatividade social dos Conselhos e Colegiados, controle social da gestão educacional, escolha dos dirigentes escolares por processo de eleição e a abrangência da participação dos que nela atuam ou interferem.

A tarefa do gestor é desafiante, pois a gestão da escola tem suas raízes na especificidade do ato pedagógico, e é essencialmente dialético e dialógico. Também se apoia na construção de novas práticas, de novas concepções, para fazer fluir nova maneira de pensar e de fazer as coisas, de modo a estabelecer relações circulares, com interação, cooperação e construção coletiva.

A atuação da comunidade de pais, professores e funcionários, aliada à atuação do gestor, faz a boa escola, com o foco na busca do próprio crescimento e da realização dos que estão sob sua responsabilidade, com a adequação ao contexto educacional, projetando ações e permitindo resultados.

Cabe ao gestor escolar ser o grande articulador, o responsável em primeira instância pela gestão democrática, o que significa cuidar da articulação geral que inclui todo o processo pedagógico e a gestão das demais rotinas da escola. A atuação dele volta-se para atividades de planejamento, de organização, de coordenação e direção e também de controle.

Para atender às finalidades do PPP é preciso o alicerce de uma teoria pedagógica crítica visível, para buscar caminhos, soluções da própria realidade da escola, e neste processo, o papel do diretor deve ser o de direcionador das ações para que o projeto efetivamente se concretize. Compete ao gestor viabilizar inovações pedagógicas, planejadas através da ação de cada membro da escola e da comunidade externa; desenvolver e manter um clima organizacional democrático, bem como desenvolver um comportamento ético e valorizar a dimensão afetiva dos membros da sua escola.

Nesses termos, ao assumir esse papel, o gestor democrático deverá buscar a articulação das diferentes pessoas que fazem a escola em torno de uma educação de qualidade, o que implica uma liderança democrática, capaz de interagir com todos os segmentos da comunidade escolar:

A LDB aborda a participação do docente na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, uma maior autonomia e envolvimento este profissional na construção do PPP.

Enquanto profissional da educação, é necessário que o professor conheça de fato o que está implícito na LDB 9394/96, o que dá suporte ao professor para participar ativamente da construção coletiva de propostas que venham fundamentar o PPP.

Para que a gestão democrática aconteça na escola, caracterizada pela força da transformação, será importante que se estimule a construção coletiva do PPP, o que implica no comprometimento dos educadores. Isso exige, por parte destes, uma preocupação maior com a formação integral dos alunos-cidadãos, no sentido de desenvolver valores e sentimentos, próprios de seres humanos com caráter, capazes de nortear suas ações.

A escola tem um papel importante na vida do educando, bem como o professor que está diariamente com eles. Quando o aluno é bem acolhido no espaço escolar pelo professor e pela escola, essas relações podem possibilitar grandes experiências que facilitem a aquisição e construção de novos conhecimentos, servindo de base para uma sólida formação pessoal e social. Quando o professor está aberto ao diálogo, o aluno sente-se mais seguro e valorizado. A partir do momento que o educando se sente à vontade para falar, sabendo que será respeitado pelo professor se sentirá motivado a participar sempre.

O Conselho Escolar é uma das principais estratégias da gestão democrático-participativa e pode ser considerado como um órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador das questões pedagógicas, administrativas e financeiras relativas à escola. Trata-se de um espaço institucional de diálogo, reflexão e discussão entres os vários membros-conselheiros, possibilitando a gestão democrático-participativa da escola pública e contribuindo para o aperfeiçoamento

do PPP da escola, a melhoria da qualidade do ensino e à promoção da cidadania.
De acordo com Neves (2002), para assegurar a gestão democrática deve-se considerar a importância de fortalecer a participação e a contribuição do conselho escolar na resolução dos problemas que decorrem do processo ensino-aprendizagem, bem como das questões administrativas e financeiras.
O Conselho Escolar é formado pelo diretor, representantes dos professores, de funcionários da escola, pais alunos e membros da comunidade local que deliberam sobre o gerenciamento, funcionamento da escola, a eleição dos diretores, a elaboração do Plano Diretor da Escola - PDE e a construção e constante reconstrução PPP.
O Conselho Escolar participa de todas as etapas do PPP, desde a elaboração, aprovação, execução até a avaliação, transformando o plano pedagógico num legítimo instrumento democrático que direciona os rumos da escola em relação à proposta pedagógica, ao currículo, à qualidade do ensino, dentre outras questões relevantes.
Observa-se aqui, que o PPP que se constrói em grupo traz promessas, promete rupturas, mas depende de seus atores e autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema proposto pretendeu abordar a questão do PPP, fazendo um estudo sobre sua elaboração e a importância para a escola, em especial para a comunidade escolar, tanto em relação a sua elaboração quanto a sua efetivação, destacando o papel do gestor como viabilizador e garantidor da democracia nas discussões de elaboração. Pretendeu, também, relacionar a existência e a aplicabilidade do PPP a uma educação de qualidade, garantindo que a função social da escola seja alcançada.
A pesquisa buscou, então, como objetivo geral, analisar a participação da comunidade escolar na construção do PPP e sua relação entre os resultados educacionais. Definimos como objetivos específicos, identificar as características que consolidam a gestão democrática na construção de um PPP; descrever e analisar as etapas e execução do PPP; avaliar o PPP como instrumento de qualidade de ensino e de pressuposto norteador à prática pedagógica dos docentes; e destacar a importância do envolvimento e do comprometimento do professor em
A gestão democrática é compreendida como um processo político no qual as pessoas que atuam na escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.
Percebe-se que o objetivo é construir uma verdadeira educação com o máximo de contribuição e participação dos membros da comunidade, o que nos leva a perceber que uma gestão de qualidade implica em um trabalho coletivo.
Sabendo-se que a base para construção de um PPP é a participação de toda a comunidade escolar e que esta participação se dá a partir do respeito à opinião do outro, com decisões embasadas no entendimento da contextualização da escola e no diálogo, o papel do gestor é de grande importância para promover a articulação entre a escola e a comunidade.
Independente da nossa postura em relação a gestão democrática, e o que ela representa no interior da escola, ou como forma possível de encaminhar o trabalho diário, ou de espaço criado e articulado pelo próprio estado para interesses hegemônicos, concluímos que qualquer ação depende do compromisso de cada um. O grau de comprometimento é a extensão das conquistas alcançadas no espaço político e pedagógico.
Ao “concluir” um PPP coletivamente, a escola terá dado um grande passo, não apenas pela definição do trabalho pedagógico, mas pela vivência de um trabalho onde foi possível exercitar a cidadania.
Essa construção deve passar, necessariamente, pela organização de espaço escolar,

pelo trabalho diário realizado por cada um dos sujeitos da comunidade escolar considerando o espaço, administração e políticas educacionais. Elaborar o PPP é uma concepção de mudança e uma necessidade da escola, pois, provoca desassossego diário, diante do papel que lhe foi concedido: transformar, fazer o contraponto na sociedade. Assim sua missão é clara, concisa e abrangente, respeitando pontos essenciais, como: visão de futuro, reflexão diária, desafio ao inesperado e ética cotidiana.

A gestão democrático-participativa da escola é um grande passo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática e o grande desafio para uma educação de qualidade e cidadã para todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Genuíno. Gestão Democrática na Educação. In: Gestão Democrática da Educação. Boletim 19, 2005, p. 03-13.

BRASIL, Ministério da Educação e Desportos. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9394/96. Brasília, 1997.

BRASÍLIA. Conselho Nacional de Secretários de Educação. Progestão - como promover a construção do projeto pedagógico da escola? Reimpressão: São Paulo, 2004.

CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. "Gestão Democrática" da escola: algumas reflexões. In: HIDALGO, Ângela Maria; SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. Educação e estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90. Londrina: EDUEL, 2001.

DALBERIO, Maria Célia Borges. Gestão Democrática e Participação na Escola Pública Popular. In: Revista Iberoamericana de Educação. Ed. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, La Ciência y la Cultura (OEI), Nº 47/3, 2008, p. 01/12.

EYNG, A. M. (Org.). Planejamento e gestão educacional numa perspectiva sistêmica. Curitiba, Paraná: Champagnat, 2002.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.) Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003. Vários autores. 119p. p.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GANDIN, Danilo. Temas para o projeto político pedagógico. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes. 2008.

HORA, Dinair Leal. Gestão democrática na escola. São Paulo: Ed. Papirus, 1994.

IMBERNÓN, Francisco. Formação docente profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

LIBÂNEO, José C. Organização e gestão da escola: Teoria e prática. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

NEVES, C. M. de C. Autonomia da Escola Pública: um enfoque operacional. In: Veiga. I. P. A. (Org.). O projeto-político-pedagógico e organização do trabalho na escola. Campinas: Pairus, 2002

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: Como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. Educação e estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90. Londrina: EDUEL, 2001.

SILVA, Josias B. da. Um olhar histórico sobre a gestão escolar. Educação em Revista. Marília, 2007. V.08. nº 01, pp. 21-34.

SILVA JR, Celestino Alves da. A escola pública como local de trabalho. São Paulo: Cortez, 1993.

VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, L. da Barbosa. M. L. de O. Os impactos e os limites das políticas educacionais. Teoria e sociedade. Belo Horizonte. V.2. P – Dez, 1997.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico: Uma construção possível. Cortez, 2001.